

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política 1798-1822*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994.

Instigada pelas interpretações historiográficas que não explicam satisfatoriamente a independência que “ocorreu num movimento de aproximação e não de rejeição à antiga metrópole; manteve a unidade política de todo o território que compunha a América portuguesa; se constituiu em Império adotando a forma monárquica, forma essa estranha ao Novo Mundo”, a autora empreendeu significativo rastreamento da “conjuntura política, do quadro ideológico e das concepções de Estado recorrentes nos finais do séc. XVIII e início do séc. XIX”, atentando para o “papel desenvolvido pelas utopias, crenças e mitos no pensamento político da época”.

Ler este livro, desenvolvido em torno da persistente idéia da edificação de um poderoso império luso-brasileiro, é uma experiência de confrontos com noções assentes sobre os últimos anos do sistema colonial e a constituição do estado monárquico nacional brasileiro. O leitor é levado a rever concepções sobre a importância da colônia nos projetos de regeneração do estado português, elaborados por ilustrados no final do século XVIII, bem como a perseguir suas formulações na política joanina e no decurso dos eventos que culminaram com a independência do Brasil.

Profundas transformações, representadas pelas decorrências das revoluções americana e francesa na política européia e a divulgação das diferentes tendências do iluminismo, apontavam para o iminente fim das antigas relações coloniais. Responder às contingências do avanço francês e da vizinha Espanha, num contexto de decadência e fragilidade, era um desafio da política reformista portuguesa, amparada pela perigosa aliança inglesa.

A partir desta premência, o texto prescreta as singularidades da política dirigida pelo ministro Sousa Coutinho, futuro conde de Linhares, interessado em criar condições para que se concretizasse a idéia de uma nova unidade imperial, baseada em relações de solidariedade entre metrópole e colônias para maior proteção dos interesses comerciais recíprocos. Reunindo em torno de seu projeto regenerador intelectuais, inclusive brasileiros, oferecendo-lhes condições para estudar medidas

práticas que implementassem reformas administrativas e econômicas para a recuperação do Império, traçava, assim, profundas alianças ideológicas entre homens que teriam grande influência na política brasileira, como José Bonifácio, e a causa da unidade do Estado monárquico português. Maria de Lourdes Lyra considera o objetivo principal do seu trabalho esclarecer o papel dessa "ação conjunta da Ilustração luso-brasileira, vendo-a como representação de um só movimento pautado num único projeto com vistas a um mesmo objetivo: o reforço dos laços de unidade entre Portugal e o Ultramar, com o Brasil em especial, com vistas ao desenvolvimento integrado de um novo império unificador da grande nação portuguesa".

A maneira percuciente como são analisados o programa de reformas, o esforço ilustrado em divulgar e produzir conhecimentos, a criação de instituições de ensino para a formação de quadros administrativos coloniais, em Portugal e no Brasil, revelam o nexo do pensamento dessa elite com a resolução da transferência da Corte para o Brasil e com as medidas políticas implementadas na nova sede da nação.

A utopia parecia concretizar-se no território pleno de potencialidades e de grandiosidade territorial, oferecendo-se como a concretização dos anseios já expressos por Antonio Vieira. Restaurar a força da monarquia era emancipar o Brasil da sua antiga situação, como acentua no prefácio a historiadora Izabel Andrade Marson, pois "trata-se de uma história da *emancipação* que a memória do *fato independência* ocultou".

Apesar de fundamentar a original tese de que os eventos políticos referentes à emancipação e institucionalização do Reino Brasílico em união com Portugal e Algarves explicam muitas das ambigüidades de uma independência particular na América colonial, bem como de realçar a omissão da historiografia pelo estudo desse tema, não há, nesse atraente texto, as costumeiras e repetitivas digressões sobre a antiga e atual forma de escrever a história, tão comuns em recentes trabalhos acadêmicos. Mais do que refutar anteriores explicações historiográficas, preocupa-se a historiadora em cimentar suas interpretações em criteriosa releitura do corpo documental selecionado, sem eximir-se de fazer pequenos e pertinentes balanços da bibliografia consultada em notas de rodapé, onde também explica suas posições teóricas.

As medidas tomadas no Brasil, ao mesmo tempo que atendiam interesses da burguesia mercantil do novo reino, contrariavam os negócios ainda sedimentados em Portugal que viam no fim do absolutismo monárquico e na criação de um Estado liberal português a única possibilidade de garantir seu patrimônio ameaçado. E mais, ao pretender realizar-se como história, a utopia deixava a descoberto seu caráter conservador, tardio, conflitante com forças por ela própria desencadeadas e subestimadas, aspectos colocados em cheque pelos sucessos de Pernambuco em 1817 e de Portugal em 1820.

À luz da adesão da elite colonial, agora considerando-se integrante da pátria portuguesa, ao projeto da construção do Império o desenvolvimento da análise aclara

os antagonismos entre deputados brasileiros e portugueses nas Cortes. Enquanto os primeiros acreditavam na utopia dos direitos iguais das partes do Império e neutralizavam as idéias republicanas nascidas em seu próprio solo, os segundos dirigiam sua atenção para as necessidades do território europeu, não hesitando em ameaçar o trono da casa de Bragança. Além disso, surgiriam no Brasil áreas de possíveis rupturas do Império sonhado na Bahia e no Pará.

Emancipados, aliados da monarquia, os setores mais influentes da elite ilustrada brasileira encontram no príncipe regente de idéias liberais o continuador do seu projeto do *Novo Império*; ainda não pensando na ruptura com Portugal em setembro de 1822, somente viria a abdicar da construção conjunta de uma nação portuguesa em outubro. Todavia, herdava o Império Brasílico a idéia da grandeza de um território que exigia empenho para arregimentar suas províncias em torno do centro administrativo e edificar sua unidade nacional. Entretanto, a dinâmica das forças sociais mostraria, prematuramente, com a dissolução da Constituinte e Confederação do Equador, que este projeto não seria facilmente implementado.

Não resta dúvida quanto a instigante e consistente argumentação apresentada neste livro; ela tem a virtude de interessar o leitor a querer a continuação dessa história, que imbrica, necessariamente, na formação das classes dominantes brasileiras e nos movimentos políticos de contestação durante o segundo reinado. Esperemos que a historiadora possa acompanhar suas idéias percorrendo, agora para o futuro, o tempo da longa duração.

Maria de Lourdes Monaco Janotti
Professora do Depto. de História da FFLCH/USP.

MENDES, Gilberto. *Uma Odisséia Musical – Dos Mares do Sul à Elegância Pop/Art Déco*. São Paulo, Giordano/Edusp, 1994.

De premissa exemplar, o compositor Gilberto Mendes presta uma das mais significativas contribuições ao desvelamento da música erudita brasileira: "(...) Contar coisas, histórias com as quais estava envolvido por ocasião da composição de determinadas peças". Possivelmente, se pretendesse explicar a sua obra analiticamente, "(...) sou contrário a todo tipo de análise. A obra musical deve falar por si mesma", Gilberto Mendes esbarraria no texto hermético, desprovido da descontração que leva ao revelar.

Uma Odisséia Musical – dos Mares do Sul à Elegância Pop/Art Déco, com prefácio lapidar de Haroldo de Campos, é a narrativa rigorosamente sincera de um compositor cuja trajetória ultrapassou largamente as fronteiras do país. Em toda a